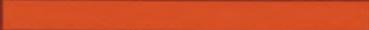


REVISTA 
PORTUGUESA
 de HISTÓRIA
tomo XXVI 



 COIMBRA 1991
FACULDADE de LETRAS 
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

A EVOLUÇÃO DA PRÁTICA RELIGIOSA NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ (COIMBRA) 1851 -1913

1-A Problemática

Os estudos de Sociologia religiosa fizeram grandes progressos nos anos posteriores à 2- Guerra Mundial, nomeadamente em França, país em que conheceram uma fase de nítida expansão entre 1950 e 1965. São dessa época os trabalhos pioneiros de Gabriel Le Bras (1) e de Fernand Boulard (2), iniciadores do recurso aos métodos quantitativos nas áreas da Sociologia e da História religiosas. Além destes nomes, convém referir igualmente os de François-André Isambert, Émile Pin, Hervé Carrier e Pierre Chaunu, para só falar na produção de origem francesa.

É geralmente admitida a existência de três graus de sentimento religioso, partindo do mais elementar para o mais elevado: a religiosidade, a prática religiosa e a devoção (3).

A prática, simultaneamente facto pessoal e facto social (uma vez

0) *Études de Sociologie Religieuse*, Paris, P.U.F., 1955-1956, 2 tomos.

(2) *Premiers itinéraires en Sociologie Religieuse*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1954.

(3) Gérard Cholvy, *Religion et société au XIX. e siècle. Le diocèse de Montpellier*, Lille, Université de Lille III, 1973, pp. 1536 e segs.

que é condicionada, em boa medida, por normas e modelos de conduta que são exteriores aos indivíduos), representa assim apenas uma parcela de toda a realidade religiosa. No entanto, ela é um testemunho, um indicador, um gesto significativo de adesão a uma determinada fé (4). A fé é, portanto, a causa normal da prática, e esta é reflexamente a consequência daquela (5). De resto, a prática comprova, de forma bastante correcta, a vitalidade de uma religião e de uma Igreja.

Se a religiosidade exprime fundamentalmente toda e qualquer forma de relacionamento do homem com a divindade, a prática religiosa corporiza-se na obediência exterior a certos preceitos impostos pela instituição eclesiástica (6). Por esta razão, a prática é a instância mais perceptível pelo observador exterior, consequentemente, a única passível de quantificação.

A prática religiosa pode ser desdobrada em dois tipos de actos, de qualquer forma interligados: os actos tradicionais (o baptismo, o funeral religioso, a frequência da catequese) e os que comportam um maior conteúdo pessoal e voluntário (a comunhão pascal, a assistência à missa dominical, a assistência aos actos litúrgicos nos dias de festa) (7).

Nos trabalhos de Sociologia religiosa produzidos em Portugal têm sido utilizados vários indicadores da prática. Augusto da Silva, no artigo já citado, recorreu a quatro: assistência à missa de domingo, comunhão no decurso da missa dominical, frequência do baptismo e frequência do casamento católico. Por sua vez, Luís de França serve-se apenas do número de missalizantes (prática dominical) e da percentagem de casamentos católicos (8). A *Sondagem sociorreligiosa à população do Patriarcado de Lisboa, 1984*,

(4) G. Le Bras, *obra cit.*, tomo I, p. VI; F. Boulard, *obra cit.*, p. 19.

(5) G. Le Bras, *obra cit.*, tomo I, pp. 221-224.

(6) Cf. Augusto da Silva, "Prática Religiosa dos Católicos Portugueses", *Economia e Sociologia*, Évora, nº 25/26, 1979, pp. 64-65.

(7) F. Boulard, *obra cit.*, pp. 113-114.

(8) *Comportamento religioso da população portuguesa*, Lisboa, Moraes Editores/ Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1980.

acrescenta aos dados habituais (frequência da missa, da confissão e comunhão e do baptismo) outros, como sejam, a frequência da catequese, da oração pessoal e familiar, a leitura da Bíblia, a pertença a associações ou obras da Igreja, etc. (9).

Quanto à produção proveniente de outras áreas da Sociologia e da Antropologia, vinda a público durante a década de 80, nota-se a existência de um razoável manacial de informação sobre a prática religiosa (ou, melhor, sobre as práticas religiosas), mas assumindo fundamentalmente a forma qualitativa e raramente quantificada, e dando especial relevo à "religião popular", às práticas não-institucionalizadas, à festa (10). No campo da História, pouco se tem avançado nesse domínio. Na minha dissertação de doutoramento, intitulada *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1989, apresentei vários elementos, simultaneamente de índole quantitativa e de teor qualitativo, acerca da(s) prática(s) religiosa(s) observadas naquelas duas paróquias do Centro de Portugal. No campo quantitativo, analisei um feixe de indicadores da prática religiosa, nomeadamente a frequência do baptismo, do casamento e do funeral católicos, da desobriga pascal, dos últimos sacramentos, bem como a participação em irmandades e confrarias e as cláusulas religiosas dos testamentos (11).

Neste artigo, volto a insistir numa prática que me parece extremamente reveladora - a confissão e a comunhão pascais. É sabido o valor e o significado que a Igreja Católica atribuía a tal acto de adesão aos dogmas da sua fé. Fazem assim sentido as sucessivas intervenções da autoridade episcopal, tendentes a combater a quebra da disciplina canónica, no que respeita ao cumprimento da

(9) M.L. Marinho Antunes, "Sobre a Sondagem sociorreligiosa à população do Patriarcado de Lisboa. 1984", *Análise Social*, vol. XXIII, nº 98, 1987, pp. 749-757.

(10) Ver, por todos, Pierre Sanchis, *Arraial: Festa de um Povo. As Romarias Portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983, e José Madureira Pinto, *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Edições Afrontamento, 1985.

(11) Vol. D, pp. 727-785.

desobriga pascal. Inicialmente, começou-se por condenar aqueles que, talvez para melhor fugirem ao controlo moral exercido pelo seu pastor, buscavam a confissão e a comunhão quaresmal fora das suas paróquias de residência. Em 11 de Fevereiro de 1880, D. Manuel Correia de Bastos Pina manda observar, a esse respeito, a circular do seu antecessor, datada de 1859, realçando que, "para o bom regimen espiritual de todas as parochias", deveriam os párocos explicar aos seus fregueses que, embora eles pudessem confessar-se e comungar em qualquer igreja, não o poderiam fazer, para satisfação do preceito pascal, senão nas suas próprias paróquias, ou em outra, desde que obtida a respectiva licença dos seus curas. O não cumprimento desta cláusula determinava a nulidade do acto: "... não fazendo assim, não satisfazem ao preceito, e ficam em aberto no rol dos confessados, e expostos a todos os inconvenientes e prejuízos espirituaes e sociaes que d'ahi lhes provêm, como, entre outros, o não pode ser-lhes attestado pelos seus Parochos o seu comportamento religioso, e o poder ser-lhes negada Sepultura Eclesiástica, quando infelizmente falleçam sem satisfazerem aos preceitos da Santa Igreja" (12).

A chamada de atenção para a necessidade de observância do conteúdo da referida circular, nos anos derradeiros do século (1898), poderá significar que, entretanto, o problema se teria agudizado, renunciando (ou denunciando ?) a deserção em massa. Mais tarde, por circular de 9 de Março de 1916, em plena missão de recristianização, o Bispo, D. Manuel Luís Coelho da Silva, vem recordar que o tempo próprio da desobriga termina na domingo *in albis*. Contudo, provavelmente devido à existência de grande número de remissos, prorroga-a até ao fim de Junho, advertindo que: "Depois deste prazo os faltosos incursos na respectiva censura não podem ser absolvidos sem licença especial" (13).

Mas, os tempos tinham mudado, sob a influência conjugada de * 31

(12) *Boletim Mensal do Governo Ecclesiastico da Diocese de Coimbra*, V ano, n^o 11, 31 de Janeiro de 1898, pp. 181-182.

(13) *Boletim da Diocese de Coimbra*, I ano, n^o 24, Março de 1916, p. 449.

vários factores, cuja interferência é difícil de avaliar e de discriminar.

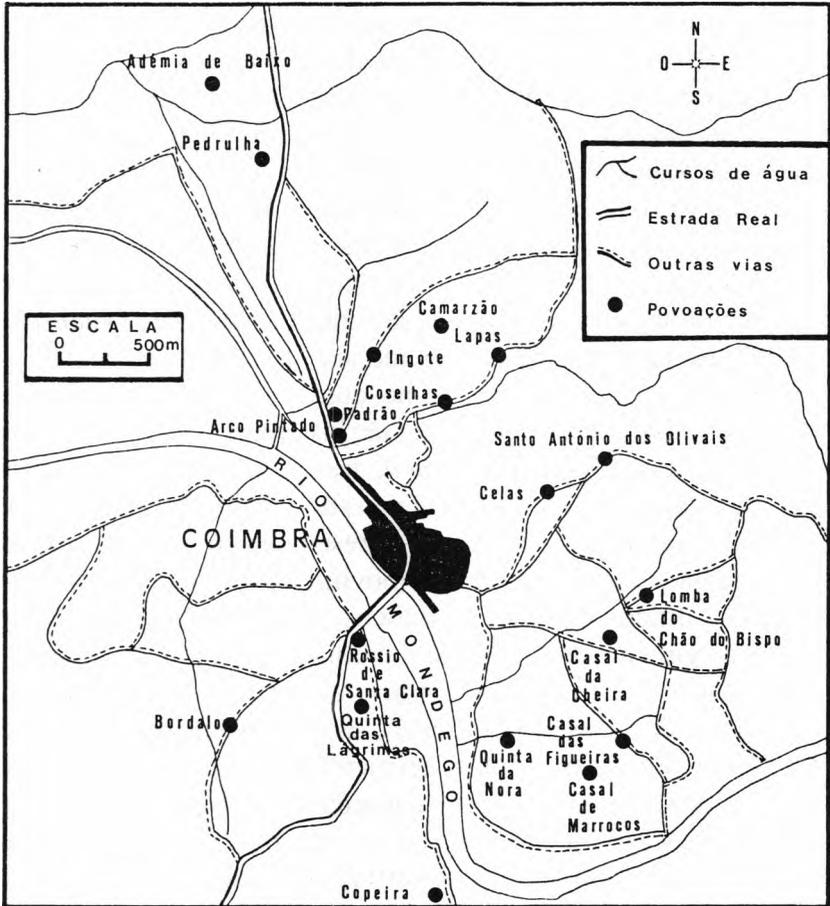
É sabido que o republicanismo, nomeadamente os seus sectores mais radicais e mais próximos das correntes livre-pensadoras, denunciou, de forma insistente, a confissão auricular, considerando-a como um dos múltiplos instrumentos de que o clero dispunha para intervir no foro íntimo dos individuos e para condicionar comportamentos familiares e sociais, fazendo sentir os seus nefastos efeitos sobretudo sobre as mulheres e as crianças (14).

Por outro lado, a propaganda republicana combateu determinadas manifestações religiosas consideradas supersticiosas e pagãs, como sejam o culto das relíquias e das imagens. Inclusivamente, chegou a lutar contra essas práticas e contra a confissão auricular com base em argumentos de natureza higiénica. Durante a Quaresma de 1907, foi amplamente distribuído em Coimbra um manifesto, dirigido aos chefes de família, no qual se clamava "contra as confissões e as práticas quaresmaes tão justamente censuradas pelo seu carácter e pela contraposição flagrante em que se encontram com as exigências modernas da higiene do corpo e do espírito" (15). No citado manifesto, a igreja era apresentada como um local de promiscuidade asquerosa, onde se movimentavam à vontade tuberculosos, sífilíticos, leprosos, alcoólicos, piolhosos e sarentos. Por falta de arejamento do seu interior, por não se lavarem as imagens, "onde lábios fanáticos vão poisar", e que se tornavam assim "repositório de todos os micróbios", os templos tinham o seu quê de deletério. Por isso, terminava o manifesto: "Em nome da saúde moral, a paz e a grandeza da consciência, em nome da saúde familiar, o socego e a harmonia do lar, em nome da saúde física, o equilíbrio e o desenvolvimento normal do nosso corpo, em nome enfim da dignidade humana, deixemos desertos os confessionários e as igrejas".

(14) Fernando José de Almeida Catroga, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal. 1865-1911*, Coimbra, 1988, vol. I, pp. 503-506.

(15) *Resistencia*, nº 1188, 10 de Março de 1907, p. 2.

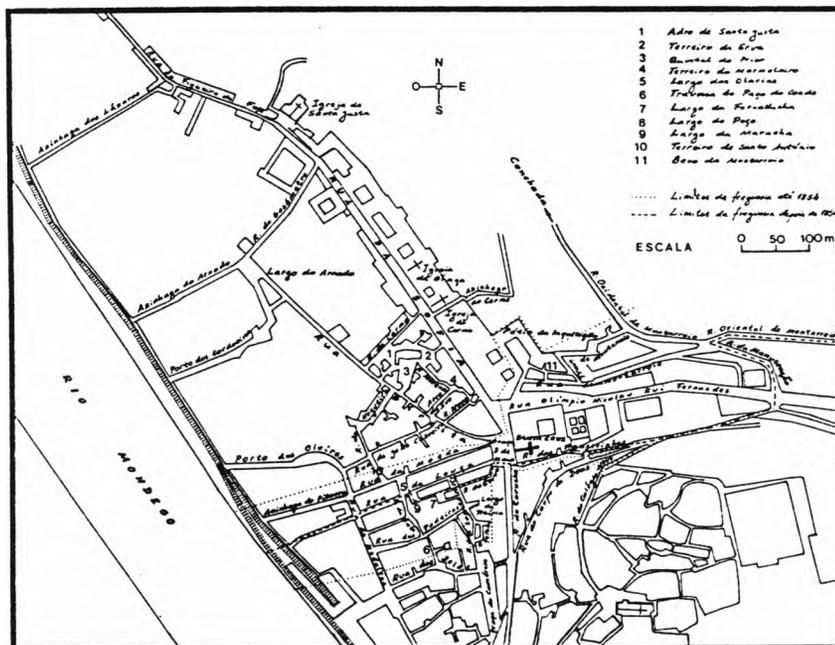
O objecto deste artigo consiste em comparar a prática da desobriga pascal na freguesia de Santa Cruz de Coimbra, em dois momentos distintos da sua evolução: o primeiro, nos meados do século XIX, quando não se notam desvios significativos em relação



à norma estabelecida; o segundo, nos anos de 1911-1913, coincidentes com uma conjuntura política, social e mental durante a qual a prática religiosa atinge um dos seus níveis mais baixos de sempre.

Utilizei fundamentalmente dois documentos produzidos pela

autoridade eclesiástica paroquial. O mais antigo é o *Rol dos Confessados da Freguesia de S. João de St.^s Cruz em 1851*, depositado no Arquivo da Universidade de Coimbra (16). O mais



recente intitula-se *Rol dos Confessados da Freguesia de Santa Cruz Concelho de Coimbra, Anos de 1911 e 1912*, existente no Arquivo Paroquial de Santa Cruz (17). Lamento não ter podido

(16) A.U.C., *Róis de confessados*, caixa 7.

(17) Agradeço ao Prior de Santa Cruz, Dr. José Bento Vieira, todas as facilidades concedidas para a consulta desta documentação e de outra referente a confrarias.

contar com um outro documento da mesma natureza, situado a meia distância cronológica entre os atrás referidos, permitindo assim seguir com mais detalhe e de forma mais fundamentada o processo de desagregação da prática religiosa naquela circunscrição.

II. O Quadro de Análise

Em 1851, Santa Cruz era uma das nove freguesias da cidade de Coimbra. Os limites interparoquiais formavam então um autêntico quebra-cabeças, como resultado de uma extrema divisão de espaço, operada pelas entidades eclesiásticas ao longo do tempo. Havia povoações repartidas entre várias freguesias: os 12 fogos do Casal de Marrocos distribuídos por 6, os 21 de Santo António dos Olivais por 4, os 13 da Arregaça por 3, etc. ⁽¹⁸⁾.

Além da área urbana propriamente dita (com 267 fogos, segundo o Rol de 1851), situada a N. e a O. da igreja de Santa Cruz e edifícios anexos, compreendia diversos núcleos predominantemente rurais. A NE. da cidade, competiam-lhe 8 fogos de Santo António dos Olivais e 2 de Celas. Também lhe pertenciam 20 casais dispersos, ao longo da Ribeira de Coselhas, desde as Lapas até ao Padrão, passando pelo Ingote. Incluíam-se dentro das suas fronteiras os 23 fogos da Adémia de Baixo (os 17 da Adémia de Cima faziam parte de S. Bartolomeu). A SE., tinha jurisdição sobre 7 fogos dispersos transversalmente, entre a Lomba do Chão do Bispo e a Quinta da Nora. Na margem esquerda do Mondego, englobava o Bordalo (pequena aglomeração de 28 fogos, habitada por trabalhadores rurais e alguns artesãos, especialmente pedreiros) e mais 7 fogos disseminados entre o Rossio de Santa Clara e a Copeira.

⁽¹⁸⁾ A melhor fonte para o estudo das divisões paroquiais anteriormente à reforma de 1854 é a obra de António Luiz de Sousa Henriques Sêcco, *Mapa do districto administrativo de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854. Vejam-se os limites das novas circunscrições paroquiais em Armando Carneiro da Silva, *Evolução populacional coimbrã*, Separata do *Arquivo Coimbrão*, vol. XXIII, Coimbra, 1967, pp. 74-77.

A reforma paroquial de Novembro de 1854 reduziu o número de paróquias a 6 (4 urbanas - Sé Catedral, Sé Velha, S. Bartolomeu e Santa Cruz - e 2 rurais - Santo António dos Olivais e Santa Clara), ao mesmo tempo que racionalizou a divisão territorial entre elas. Santa Cruz perdeu algumas áreas em favor das paróquias vizinhas subsistentes, mas foi generosamente recompensada com a maior parte da freguesia de Santa Justa, então extinta, recebendo ainda algumas áreas que tinham pertencido à Sé (nas imediações da Conchada) e à freguesia da Pedrulha, também extinta (em 1855).

A área comum, antes e depois de 1854, é constituída pelo Edifício de Santa Cruz, Largo de Sansão (depois Praça Oito de Maio), Ruas da Moeda e da Louça e respectivos largos adjacentes, o lado direito da Rua do Corvo, o Pátio da Inquisição e todo o Bairro de Montarroio.

Nos anos de 1839-1843, a freguesia tinha uma população média de 1 771 habitantes ⁽¹⁹⁾, o que representava cerca de 15% do potencial demográfico total das nove freguesias de Coimbra. No ano de 1851 contaria com 1 857 pessoas, o que confirmaria uma certa imagem de estagnação durante a década anterior ⁽²⁰⁾. Entre 1864 e 1911, já dentro dos novos e dilatados limites, conheceu um crescimento populacional razoável, passando de 3 551 habitantes para 6 154, a um ritmo de 0,88% por ano. Este facto viria a ter consequências de vária ordem, sendo uma delas a ruptura de uma relação equilibrada entre o número de paroquianos e o pessoal eclesiástico disponível.

⁽¹⁹⁾ A.U.C., *Mapas da População*, caixa 5; A. Carneiro da Silva, *obra cit.*, p. 70.

e^o) O resultado da contagem feita por mim, a partir do Rol de 1851, é de 1857 habitantes, contra os 1912 indicados pelo Prior da freguesia. Diferente é também o número de fogos na mesma data. A minha adição dá 463, enquanto que aquele documento eclesiástico menciona 530. É sabido que muitos párocos, com a mira de aumentarem "os benesses", inflacionavam arbitrariamente o número de fogos, considerando como uma unidade à parte "qualquer pessoa existente e mesmo unida a uma família", desde que não fosse "mulher, filho, ou doméstico do chefe de família" (António de Almeida, "Descrição Historica e Topographica da Cidade de Penafiel", in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo X, Parte II, Lisboa, 1830, p. 48). Daí a fraca densidade de pessoas por fogo, nos anos de 1839-1843 (3,45), quando deveria ser próxima de 4.

É também provável que um acréscimo demográfico de 42,3% em 48 anos, e sem alargamento sensível da área construída (a não ser nas Ruas Ocidental e Oriental de Montarroio), tenha acarretado consigo problemas sociais de alguma gravidade e tenha provocado a saturação do espaço habitado (especialmente nos arruamentos onde o peso numérico dos grupos populares era maior), produzindo a degradação das condições de vida de uma parte da população da freguesia.

Por volta de 1850, a comunidade urbana de Santa Cruz parece reger-se por uma relativa harmonia, vivendo de uma actividade comercial (as famílias de comerciantes representavam cerca de 18% do total de fogos da freguesia, em 1851) especialmente concentrada nas Ruas do Corvo e dos Sapateiros e de uma indústria artesanal (cerca de metade dos fogos era ocupada por artesãos e operários) dotada de um razoável grau de pujança (na qual sobressaía o fabrico de louça), na sua maioria localizada nas Ruas das Padeiras, da Gala, da Moeda, de Tinge-Rodilhas (depois Rua da Louça), no Pátio da Inquisição e no Bairro de Montarroio (onde se acantonavam os sapateiros e os alfaiates, em particular). Neste ambiente de relativo desafogo, não admira que cerca de 30% das famílias pudesse dispor dos serviços de uma criada, com as variações entre grupos socioprofissionais que o quadro I bem documenta.

Uma parte substancial da indústria conimbricense, ainda na fase anterior à descolagem, que Amado Mendes situa entre 1915 e 1925 ⁽²¹⁾, localizava-se dentro dos limites da freguesia estudada. O *Anuário Comercial* de 1910, embora não enumere todos os estabelecimentos, dá uma boa imagem da distribuição geográfica da indústria de então (independentemente do seu estágio de evolução tecnológica e da sua dimensão). Segundo esta fonte, a maioria das unidades concentrava-se nas Ruas da Sofia (21), Direita (12), da Figueira da Foz (11), da Moeda (9), da Nogueira (7), de João

(21) José Maria Amado Mendes, "Coimbra no primeiro quartel do século XX (Aspectos económico-sociais)", *Biblos*, vol. LX, 1984, pp. 392-393.

Prática religiosa na freguesia de S.ª Cruz

Quadro I
Fogos com criados - Distribuição por grupos Socio-profissionais (1851)

Categorias socioprofissionais	Nº de fogos	Fogos com criados
Proprietários	5	100%
Profissões liberais	10	90
Negociantes	56	71,4
Funcionalismo	28	67,8
Lavradores	15	53,3
Artesãos e operários	159	17,6
Trabalhadores	42	7,1
Origem social não apurada	148	16,9
Total	463	29,6

Cabreira (6) e no Arnado (5).

A pirotecnia (10 unidades) era actividade exclusiva desta freguesia. Trata-se de uma implantação tradicional, no antigo Bairro de Fora de Portas ou de Santa Margarida, hoje Rua da Figueira da Foz e artérias anexas (Ladeira de Santa Justa, Ladeira da Forca, Azinhaga dos Lázaros) (22).

Também a cerâmica revela uma nítida tendência para a localização preferencial dentro do perímetro de Santa Cruz: estão nesse caso 10 dos 12 estabelecimentos existentes em 1910 (23). En-

(22) Sobre o assunto, ver João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1982, vol. I, tomo I, p. 85, e José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, pp. 50-51.

(23) Já em 1837, 12 das 13 unidades que se dedicavam ao fabrico de produtos

contrava-se nessa altura em fase de recessão, defrontando-se com graves dificuldades de adaptação nos planos técnico e financeiro ⁱ²⁴).

Difícil era igualmente a situação de outras actividades artesanais, como a funilaria, a correaria, a sapataria, a carpintaria, etc., que "teimavam em não desaparecer" ⁱ²⁵).

A indústria alimentar estava bem representada em Santa Cruz, onde estavam implantadas 3 das 4 moagens existentes então na cidade, uma fábrica de bolachas e de biscoitos, 2 oficinas de refinação de açúcar, uma de torrefacção de café e uma "fábrica" de gelo e de bebidas gasosas (instalada em 1907, na Rua Direita).

Além da metalurgia tradicional (4 oficinas de ferrador, 5 latoarias e 7 serralharias), há que mencionar uma fábrica de latas (na Rua da Moeda) e um estabelecimento de fundição, o qual dispunha de maquinaria moderna. O fabrico de veículos de transporte (oficinas de seges e de carruagens) estava maioritariamente localizado na Baixa Coimbrã correspondente à freguesia de Santa Cruz. A unidade mais importante ficava na Rua da Sofia, possuía fundição própria (acima citada) e fora fundada por Manuel José da Costa Soares, por volta de 1865-1866 ⁱ²⁶).

Realce-se ainda a presença de indústrias químicas, representadas pela Fábrica do Gás, instalada em 1856 ⁽²⁷⁾, entre as actuais Ruas da Figueira da Foz e de João Machado, e por uma fábrica de sabão, na Ribeira de Coselhas ⁽²⁸⁾.

Finalmente, recorde-se a existência de 4 tipografias, uma fábrica de telhões e de manilhas e uma de malhas (proprie-

cerâmicos ficavam nas freguesias de Santa Cruz e Santa Justa — 6 em cada uma delas (A.U.C., *Governo Civil, Registo de Correspondencia, Reino, 1839-1840*, "Relação das Fabricas e Officinas estabelecidas neste Districto Administrativo ate o Primeiro de Janeiro de 1837"). Acerca da evolução deste ramo industrial consulte-se J. Lourenço Roque, *obra cit.*, vol. I, tomo I, pp. 61-62.

ⁱ²⁴) J.M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 177.

^{C25}) Idem, "Coimbra no primeiro quartel do século XX...", p. 392.

⁽²⁶⁾ *O Conimbricense*, nº 3765, 15 de Setembro de 1883, p. 1.

⁽²⁷⁾ J. M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, pp. 268-269.

ⁱ²⁸) Idem, *ibidem*, pp. 230-231.

dade de Aníbal de Lima & Irmão, estabelecida no Amado cerca de 1906 -1908) (29).

Quanto ao equipamento comercial, ele apresenta-se bastante menos denso, com exceção das Ruas da Sofia e do Corvo e da Praça Oito de Maio. Em alguns ramos, a freguesia tinha, contudo, um peso significativo no conjunto da cidade: é o caso das mercearias (28,6% do total) e das lojas de ferragens (27,3%). Pelo contrário, as lojas de sapataria (9,1 %) e de fazendas brancas (7,5%) desempenhavam um papel relativamente modesto.

A estrutura da produção industrial, assente em pequenas unidades, deficientemente apetrechadas, utilizando de forma intensiva a força manual, explica a constituição e o comportamento específicos do operariado de Coimbra. A sua participação em movimentações grevistas foi escassa: Carlos da Fonseca menciona uma paralisação de alfaiates (Julho de 1864), outra de marceneiros (Dezembro de 1898) e outra de fabricantes de calçado (Maio de 1909), além da conhecida "greve geral" de Março de 1903, a designada *do Grelo* (30).

Apesar de tudo, o operariado coimbrão foi-se organizando e constituindo as suas associações profissionais. Em 1909, existiam 10 associações de classe (dos oficiais e costureiras de alfaiate, da arte cerâmica, das artes gráficas, dos carpinteiros civis, dos fabricantes de calçado, dos funileiros, dos gasomistas e artes anexas, dos oficiais de barbeiro e de cabeleireiro, dos manipuladores de pão e artes correlativas e dos serralheiros e artes correlativas C¹). A maioria (7 delas) foi constituída ou reorganizada em 1905-1906,

(29) Idem, *ibidem*, p. 164.

(30) Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias socialistas em Portugal, IV - Greves e Agitações Operárias (1- Parte)*, Lisboa, Publicações Europa-América, s/data, pp. 154, 157,158 e 163. Sobre a greve de 1903, ver Vasco Pulido Valente, "A «revolta do grelo»: ensaio de análise política (1903)", in *Tentar Perceber*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 123-158.

C¹) *Anuario Commercial de Portugal, 1910*, vol. II, p. 1861. Na lista de associações operárias que aderiram à homenagem ao poeta-operário Adelino Veiga, em 7 de Maio de 1909, figura a associação de classe dos pintores de construção civil, cujo título constitutivo não encontrei (Cf. *Resistencia*, n^o 1390,5 de Março de 1909, p. 2).

momento de grande reanimação do movimento operário local, o qual passa da fase associativa de cariz mutualista para uma fase mais avançada, essencialmente sindicalista, lutando (embora adoptando uma via moderada e negociada) pela redução dos horários de trabalho e pelo descanso semanal ⁽³²⁾. O nascimento ou a reestruturação destas associações operárias foi, em boa parte, apadrinhado e impulsionado pelas organizações republicanas existentes em Coimbra, nomeadamente pelo *Centro Republicano José Falcão* ⁽³³⁾.

Sabendo-se que uma fracção importante da indústria local estava implantada nesta freguesia, compreende-se que as associações específicas da classe operária aí tivessem a sua sede: 8 delas localizavam-se non⁵ 11 da Rua Nova, no mesmo edifício onde funcionava a *Federação das Associações Operárias de Coimbra* (fundada em 1 de Maio de 1906, tinha como objectivo fundamental "unir todas as associações operárias", embora cada uma delas continuasse a manter a sua autonomia financeira, a sua vida interna, os seus órgãos próprios e a sua capacidade de iniciativa individual) ⁽³⁴⁾; a associação da arte cerâmica estava alojada numa casa da Rua do Arco do Ivo e das artes gráficas na Rua de João Cabreira.

A relação entre a penetração das ideias republicanas e o decréscimo de certas formas de prática religiosa tem sido frequentemente posta em destaque. Mas qual é o sentido dessa relação? A resposta não é tão fácil quanto se julga. Contudo, parece claro que a doutrina republicana terá visto facilitada a sua propagação em áreas geográficas social e mentalmente predispostas para isso. O caso da Figueira da Foz, que estudei na minha dissertação de doutoramento, é exemplar, pois aí o desapego em matéria de prática religiosa é mais causa (porque anterior) da aceitação dos princípios republicanos do que sua consequência directa.

⁽³²⁾ J. M. Amado Mendes, "Tara a história do movimento operário em Coimbra", *Análise Social*, vol. XVII, n.ºs 67-68, 1981, pp. 605-606.

⁽³³⁾ *O Conimbricense*, n.º 6133, 18 de Setembro de 1906, p. 3.

⁽³⁴⁾ *Ibidem*, n.º 6161, 26 de Dezembro de 1906, p. 2.

O movimento republicano conimbricense entrou na sua fase organizada com a instalação, em 8 de Março de 1878, do *Centro Republicano Democrático de Coimbra*. No entanto, até 1894, data da sua extinção, este centro não alcançou resultados muito significativos, pelo menos no campo da luta eleitoral ⁽³⁵⁾.

Só passada uma década, e coincidindo com uma fase de grande combatividade do Partido Republicano em Coimbra, este voltará a dispor de estruturas organizativas na cidade, com a inauguração do *Centro Eleitoral Republicano José Falcão*, em 7 de Maio de 1904. Ao contrário do primeiro centro, este não possuía directorio, funcionando em comissões (administrativa, organizativa do Partido, municipais e paroquiais) ⁽³⁶⁾.

Entre 1906 e 1908 foi dada especial atenção às actividades de propaganda no meio académico. Após a queda de João Franco, Coimbra esteve intimamente ligada ao avanço do ideário republicano; em 22 de Novembro do último ano teve lugar um amplo protesto contra a "arbitrariedade" de que fora vítima o capitão Tomás Cabreira, o qual terá reunido mais de 7 000 pessoas e passa por ter sido a maior manifestação republicana até aí efectuada na cidade do Mondego ⁽³⁷⁾.

O ano de 1909 foi crucial. Entre 24 de Janeiro e 9 de Maio desse ano foram inaugurados quatro novos centros: *O Centro Republicano de Santa Clara*, o *Centro Mocidade Republicana Dr. Malva do Vale*, o *Centro Republicano Dr. Fernandes Costa* e o *Centro Republicano Ramada Curto*. O terceiro e o quarto tinham as suas sedes na área da freguesia de Santa Cruz, ao Pátio da Inquisição; o *Centro José Falcão* funcionava no Largo da Freiría. Enquanto os centros republicanos se localizavam maioritariamente na parte baixa da cidade, os centros monárquicos situavam-se em aruamentos a caminho da Alta: o *Centro Regenerador* (fundado em

⁽³⁵⁾ Fernando Catroga, *Mações, liberais e republicanos em Coimbra (Década de 70 do século XIX)*, Coimbra, 1990, Separata do *Arquivo Coimbrão*, vol. XXXI - XXXII, 1988-1989, pp. 42-55.

⁽³⁶⁾ *O Conimbricense*, nº 6149, 13 de Novembro de 1906, p. 2.

⁽³⁷⁾ *Resistencia*, nº 1362, 23 de Novembro de 1908, pp. 1-3.

31 de Janeiro de 1897) no Pátio do Castilho; o Centro Regenerador-Liberal, resultante de uma cisão no seio do anterior, no decurso dos acontecimentos de 1901, e definitivamente constituído em 1904, no Arco de Almedina (38).

Os centros republicanos de Coimbra tiveram vida intensa durante os anos terminais do regime monárquico, mostrando-se particularmente activos durante os acontecimentos que rodearam a prisão e posterior execução do livre-pensador catalão Francisco Ferrer y Guardia, em Setembro-Outubro de 1909 Também no plano da luta eleitoral agiram de forma empenhada, embora os resultados obtidos fossem globalmente pouco relevantes.

Destoaram da regra, tanto em 1908 como em 1910, os republicanos de Santa Cruz, que "deram um bello exemplo" aos seus correligionários das outras freguesias da cidade. Nas eleições das Juntas de Paróquia, nos fins de 1908, o seu candidato mais votado obteve 214 votos, contra 218 do seu rival monárquico, desfecho que foi considerado como uma "victoria.. .real" das forças republicanas daquela circunscrição (40).

As últimas eleições decorridas durante a existência da Monarquia, em 28 de Agosto de 1910, permitem traçar uma radiografia bastante expressiva da correlação de forças entre as diversas formações políticas em confronto. No concelho de Coimbra venceu a lista regeneradora da tendência Campos Henriques, com 60,5% dos votos, seguida da lista regeneradora da tendência Teixeira de Sousa, com 26,3%, enquanto a lista republicana se limitou a uns escassos 13,1% dos sufrágios (41).

Contudo, é evidente uma clara diferenciação de comportamentos entre as freguesias da Baixa, as da parte alta da cidade e as da área rural do concelho. A lista republicana, encabeçada pela figura

(38) Acerca dos centros políticos monárquicos aqui referidos, ver *O Conimbricense*, nº 6133, 18 de Setembro de 1906, pp. 1-2, e nº 6151,20 de Novembro de 1906, p. 2.

(39) Consulte-se *O Povo de Santa Clara*, desde o nº10, de 7 de Setembro de 1909, até ao nº 16, de 24 de Outubro do mesmo ano.

(40) *Resistencia*, nº 1365, 3 de Dezembro de 1908, p. 1.

(41) *Defeza*, nº 228,2 de Setembro de 1910, p. 2.

prestigiada de António Augusto Gonçalves, foi a mais votada na assembleia de S. Bartolomeu - Santa Clara, com 43,2% dos votos; em Santa Cruz, os republicanos, com 38,1% do sufrágios, ficaram a escassos 5 votos da lista afecta a Campos Henriques, recheada de nomes sonantes (Oliveira Guimarães, Costa Lobo, Rui Ennes Ulrich). Enquanto isso, não foram além de 17,8% na assembleia da Sé Nova - Sé Velha, descendo para valores ainda mais baixos em Taveiro (7,4%), Santo António dos Olivais (4,6%), para não falar dos 0,6% recolhidos em Castelo Viegas e Cemache e dos 0,3% obtidos em S. João do Campo.

Estes resultados demonstram a dificuldade de penetração do republicanismo nas áreas rurais. De resto, na região adjacente a Coimbra, só muito tarde foi iniciada a "obra de propaganda rural" (precisamente pela freguesia de Taveiro), quando as comissões republicanas da cidade decidiram "disseminar as ideias democráticas e promover a educação intelectual e cívica da população dos campos" (42).

A votação obtida em Santa Cruz parece ser bastante lisonjeira para as cores republicanas, tanto mais que terá sido aí que a fraude eleitoral e a intimidação foram mais notórias (43). É, contudo, difícil correlacionar estes dados com a real implantação do republicanismo nesta área da cidade e saber qual a influência que as suas propostas teóricas relacionadas com questões de índole religiosa tiveram sobre a consciência colectiva e individual.

Igualmente espinhosa é a tarefa de apreciação do impacto de correntes e de associações que sustentaram uma clara propaganda anticlerical. E o caso do fugaz *Grupo do Livre Pensamento*, constituído em Maio de 1904 com o intuito expresso de "combater a reacção clerical" e directamente apadrinhado pelo Centro Republicano. Aquela agremiação fundou uma Escola Livre, a qual funcionou durante o ano lectivo de 1904-1905 (ministrando as cadeiras de História, Primeiras Letras, Geografia, Economia Social

(42) *Resistencia*, nº 1176, 24 de Janeiro de 1907, p. 1.

(43) *Defeza*, nº 227, 30 de Agosto de 1910, pp. 1-2.

e Química), dispôs de uma revista privativa (com o título *de Livre Pensamento*), de que apenas saíram dois números; mas dissolveu-se nos finais de 1905 ^{C4}).

III. Os Resultados

1. A leitura do quadro II permite concluir que a desobriga pascal era, nos meados do século XIX, uma prática quase unânime. O valor observado (94,4%) é teoricamente o máximo possível, atendendo que 5% dos habitantes tinham uma desculpa legítima (incapacidade física, ausência) para não cumprirem aquele preceito ⁽⁴⁵⁾.

A percentagem é efectivamente bastante elevada, a avaliar por outros dados conhecidos, embora um pouco mais tardios: 87,3% em Buarcos (1866) e 83,0% na Figueira da Foz (1874) ⁽⁴⁶⁾. Estes valores são característicos de uma sociedade tradicional, em que a convicção religiosa e o princípio do respeito humano não deixam aos indivíduos margem para originalidades. O fraco desnível entre os dois sexos é mais um sintoma do que acaba de ser dito. Admite-se que uma diferença próxima dos 5% entre homens e mulheres representa uma situação de normalidade. Ora, em Santa Cruz, o desnível verificado cifra-se em 6,0%, não muito superior ao detectado em Buarcos (4,7%) e na Figueira da Foz (5,2%).

No caso do sexo feminino, a taxa de cumprimento da desobriga pascal é não só muito alta (96,7%), como denota uma grande homogeneidade em termos sociais, uma vez que o desvio-padrão é de apenas 2,59, não sendo de crer que as disparidades observadas tenham qualquer significado objectivo. Já não digo o mesmo quanto aos indivíduos do sexo masculino, pois notam-se divergências algo importantes (desvio-padrão = 6,88). A taxas que se aproximam dos 100%, como acontece com os negociantes e os

^(M) *O Conimbricense*, nº 6151, 20 de Novembro de 1906, p. 2.

⁽⁴⁵⁾ G. Le Bras, *obra cit.*, tomo II, pp. 476-477.

⁽⁴⁶⁾ Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *obra cit.*, vol. D, p. 763.

lavradores, opõem-se valores próximos dos 80%, no que se refere aos elementos oriundos das profissões liberais (78,6%) e do funcionalismo (85,1%), o mesmo acontecendo aos trabalhadores rurais (83,6%). Com excepção destes últimos, demasiado periféricos em relação à sede da paróquia e, por certo, demasiado itinerantes, não estamos propriamente perante uma novidade, pois é de supor que os primeiros não-conformistas tenham surgido entre os portadores de um grau de cultura literária superior à média e, muito provavelmente, entre os meios liberais de ideologia mais radical. Talvez não seja por acaso que, entre aqueles que não se confes-

Quadro II
Níveis de prática segundo os grupos socioprofissionais (1851)

Grupos socioprofissionais	Individuos sujeitos à desobriga pascal			Praticantes		
	Sexo masc.®	Sexo fem.®	Total	Sexo masc.®	Sexo fem.®	Total
Negociantes	106	161	267	99,0%	99,4%	99,2%
Proprietários	12	18	30	91,6	94,4	93,3
Profissões liberais	14	16	30	78,6	100	90,0
Funcionalismo	54	80	134	85,1	95,0	91,0
Lavradores	40	26	66	97,5	92,3	95,4
Artesãos e operários	208	268	476	89,9	96,6	93,7
Trabalhadores	55	49	104	83,6	97,9	90,4
Origem social desconhecida	71	277	348	88,7	96,0	94,5
Total	560	895	1455	90,7	96,7	94,4

saram nem comungaram em 1851, se encontrem quatro estudantes (três universitários e um de Preparatórios), um sobrinho de um lente de Matemática, dois oficiais de Justiça, um empregado de Obras Públicas e um escrevente. O testemunho do Prior da freguesia equaciona bem a questão:" (...) as [pessoas] que vão em aberto tanto de maiores como de menores sem terem signal não tem comparecido apesar das minhas diligências, alguns porem estão auzentes (...)" (47). Só que não nos diz quais estavam na primeira das circunstâncias apontadas...

Seis décadas passadas, a situação alterara-se por completo: de gesto quase unânime, a desobriga pascal transformara-se em prática minoritária, apenas respeitada por um escasso número de zelosos fiéis.

É arriscado tentar extrair conclusões absolutas a partir dos dados fornecidos pelo Rol de 1911, uma vez que ele não menciona todos os residentes na paróquia. Dele constam apenas 1372 individuos, ou seja, 22,3% relativamente ao contingente demográfico apurado pelo Censo de 1 de Dezembro daquele ano: 6154 habitantes. Tal facto dever-se-ia provavelmente à grande mobilidade própria de uma área urbana e à presença de grupos socioprofissionais *sui generis* e de difícil observação, como é o caso dos militares (4 ou 5 centenas, aquartelados no antigo Colégio da Graça, na Rua da Sofia). Mas de qualquer modo, é evidente que o pastor conhecia bastante mal as suas ovelhas, o que não admira, dado que desde há muito havia sido ultrapassada a *ratio* de 1 para 4000 (ou, quando muito, de 1 para 5000), o famoso "limiar da simpatia humana", a partir do qual o interconhecimento (de um individuo com todos os restantes membros da comunidade) é teoricamente impossível.

Globalmente falando, a prática, expressa pelo índice adoptado (desobriga pascal), descera a níveis muito baixos: apenas 836 pessoas num conjunto de 4443 sujeitos possíveis (excluindo da

(47) Este rol tem a data de 20 de Junho de 1851 e foi elaborado por António José de Freitas Honorato (1820-1898), que exerceu as funções de Prior de Santa Cruz entre 1846 e 1854. Doutor em Teologia (1845), lente catedrático (1854) e cónego honorário da Sé de Coimbra, ascenderia ao elevado cargo de arcebispo de Braga, em 1863.

população total os indivíduos do sexo masculino com menos de 14 anos e os do sexo feminino com menos de 12), o que dá uma percentagem de 18,8%. A ser assim, os valores registados eram efectivamente baixos, mas talvez não muito diferentes dos que recolhi para outra área urbana do Centro de Portugal: a Figueira da Foz (cerca de 15%, em 1909) (48).

As mulheres continuavam a ser mais cumpridoras do preceito (26% delas desobrigaram-se em 1911), embora em grau já anormalmente baixo, contra os 10% dos indivíduos do sexo masculino.

Uma leitura, ainda que superficial, do gráfico I (49) permite constatar uma notória diferenciação consoante os sexos e os grupos de idades. Em termos gerais, a percentagem das pessoas que cumprem o preceito pascal aumenta com a idade. Notam-se apenas duas excepções: a dos indivíduos com mais de 80 anos, cuja baixa frequência dos sacramentos (13% no caso dos homens, 16% no das mulheres) talvez se possa explicar pela impossibilidade física de se deslocarem até aos locais adequados; a do grupo mais jovens (dos 13 aos 19 anos), ainda bastante próximos dos rituais de iniciação e relativamente mais perseverantes do que a geração anterior e adjacente (dos 20 aos 29 anos), a qual atinge os índices mínimos registados (5,5% do lado masculino, 19% no que respeita às mulheres). É, pois, indubitável a existência de um fenómeno de generalizado e progressivo desapego, particularmente visível nas gerações nascidas depois de 1870.

A análise do comportamento dos diversos grupos socioprofissionais é virtualmente impossível, dada a inexistência de denominadores correctos, isto é, de uma lista nominativa de todos os habitantes. O recenseamento eleitoral de 1911, encerrado a 8 de Abril, não dá uma resposta satisfatória, uma vez que apenas

(48) Rui de A. F. Cascão, *obra cit.*, vol. H, p. 763.

(49) Na confecção deste gráfico, procedi à comparação do número de praticantes em cada grupo de idades com o total de indivíduos do mesmo grupo. A falta de informação estatística acerca da distribuição da população da freguesia por grupos etários (infelizmente só o Censo de 1878 menciona tais dados), estabeleci para Santa Cruz uma repartição que respeita as proporções verificadas ao nível do concelho de Coimbra.

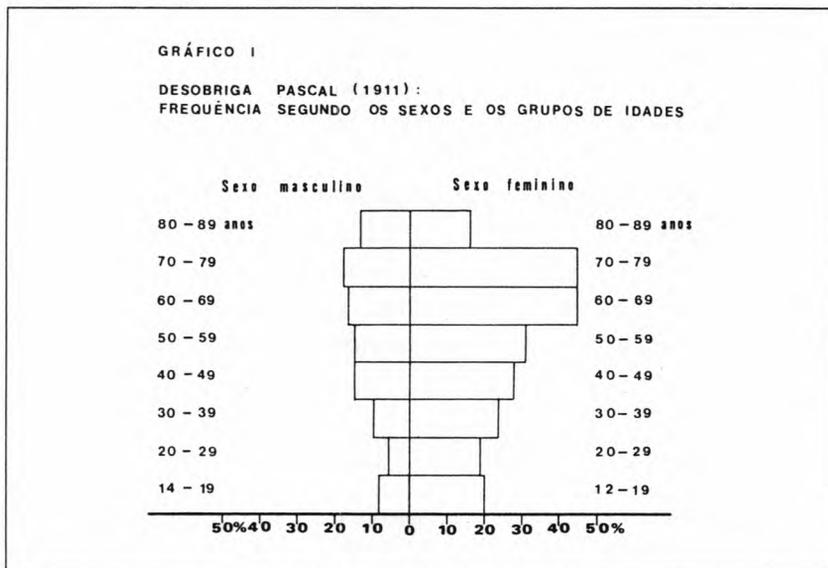
comporta 1286 nomes de indivíduos adultos do sexo masculino, precisamente os que foram julgados aptos para votar, de acordo com a legislação recentemente publicada (decreto de 14 de Março de 1911), tendo sido excluídos muitos jornaleiros agrícolas e trabalhadores urbanos não-especializados, bastantes artesãos e operários da indústria e mesmo alguns funcionários inferiores.

Por todas as razões, os dados constantes do quadro III devem ser tomados como simples indicadores de tendência e não na sua configuração quantitativa absoluta. As percentagens de desobrigados representam valores artificiais, em especial entre os grupos populares. Significa isto que, com toda a certeza, muito menos de 6,1% dos artesãos e dos operários da indústria cumpriram o preceito pascal. Em contrapartida, é bem provável que os números apontados para as quatro primeiras categorias socioprofissionais se aproximem bastante da realidade.

Gráfico I

Desobriga Pascal (1911)

Frequência segundo os sexos e os grupos de idades



Seja como for, a prática religiosa na área urbana atingira níveis muito baixos, sendo a quebra mais evidente em relação aos meios populares, uma vez que proprietários, membros das profissões liberais e negociantes apresentam percentagens de cumprimento superiores a 10%.

Contudo, a grande clivagem é entre a área urbana e as áreas rurais envolventes. Nestas últimas, a quota de satisfação da desobriga era, em 1911, ainda bastante alta, nomeadamente na Pedrulha, onde 60,9% dos homens e 73,9% das mulheres (quase todas viúvas) que exerciam funções de chefes de família estão naquelas

Quadro III

Níveis de prática segundo os grupos socioprofissionais - Area urbana (1911)

Grupos socioprofissionais	Recenseados	Desobrigados	
		Número	Percentagens
Negociantes	150	16	10,7%
Proprietários	52	12	23,1
Profissões liberais	22	3	13,6
Funcionalismo	287	26	9,0
Exército	309	3	1,0
Clero	5	5	100
Carreiros e lavradores	8	0	0
Artesãos e operários	357	22	6,1
Outros trabalhadores urbanos	30	6	20,0

Quadro IV
Varição da Desobriga Pascal segundo as áreas residenciais (1911-1913)

	Número de desobrigados			Variação 1911-1913
	1911	1912	1913	
Áreas burguesas	194	171	160	-17,5%
Áreas de transição	329	227	184	-44,1
Áreas populares	114	55	39	-65,8
Áreas rurais	182	129	103	-43,4
Áreas residuais	17	17	27	+ 58,8
Total	836	599	513	-38,6

condições. Em Coselhas, os valores são inferiores, mas ainda significativos, uma vez que efectuaram a confissão e a comunhão pascais 36,8% dos chefes de família do sexo masculino e 57,1% dos do sexo feminino.

Mesmo em ambiente rural notam-se comportamentos diferenciados, consoante se trate de trabalhadores assalariados ou de

Quadro V
Desobriga Pascal - Dimorfismo sexual (1911-1913)

	Sexo masculino		Sexo feminino	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
1911	201	24,0%	635	76,0%
1912	131	21,9	468	78,1
1913	103	20,1	410	79,9

lavradores-proprietários. Estes últimos eram esmagadoramente praticantes, na Pedrulha: 85% dos enumerados no Rol de 1911 desobrigaram-se. Enquanto isso, apenas 61,1% dos trabalhadores da mesma povoação cumpriram aquele preceito canónico. Há certamente razões que explicam este desnível. De qualquer forma, parecem-me sintomáticas algumas anotações exaradas à margem do Rol de 1911, as quais demonstram a penetração das ideias secularizadoras nos meios rurais. Num dos casos, o Prior afirma que Fulano, de 40 anos, trabalhador, residente na Pedrulha, "não quiz entrar na Igreja"; em outra circunstância, Sicrano, também trabalhador, de 34 anos, igualmente residente na Pedrulha, mereceu do pároco da freguesia o seguinte comentário: "Enterrou um filho civilmente; qual?"

A tendência decrescente da prática da desobriga pascal continuou entre 1911 e 1913, período correspondente à tensão máxima entre o poder republicano e as autoridades eclesiásticas. Mas o decréscimo não se processa ao mesmo ritmo em todos os grupos sociais. Tudo indica ter sido mais rápido no caso das camadas populares urbanas (artesãos, operários da indústria, trabalhadores não-especializados, pequenos funcionários), que mostram uma variação de -65,8% entre aqueles dois anos. Foi também notória a descida nas áreas urbanas de transição e nas áreas rurais (Pedrulha e Coselhas), aliás com valores muito próximos: - 44,1 % e - 43,4%, respectivamente. Resistiram melhor as áreas predominantemente burguesas, uma vez que aí o desnível se cifra em apenas - 17,5% (QUADRO IV) ⁽⁵⁰⁾. (*)

(*) Foram consideradas como "áreas burguesas" os arruamentos em que o somatório dos indivíduos que se dedicavam à actividade comercial, dos profissionais liberais, dos proprietários e de metade do funcionalismo público era superior a 50%. Correspondiam a este critério a Praça 8 de Maio e as Ruas da Sofia, do Corvo, da Louça e Oriental de Montarroio. As "áreas de transição" (Ruas do Carmo, da Figueira da Foz, da Moeda, de Montarroio, Ocidental de Montarroio e Pátio da Inquisição) englobavam entre 30 e 50% de indivíduos dos grupos socioprofissionais acima referidos. As áreas populares" (Rua Direita e becos adjacentes, Nova, de João Cabreira, da Nogueira, do Moreno, do Arco do Ivo, Terreiros do Marmeleiro e da Erva, Adro de Santa Justa) eram constituídas por mais de 70% de pessoas que se dedicavam a outras actividades que não as antes citadas, isto é, maioritariamente ao trabalho manual. As "áreas residuais" correspondem a espaços

Ao mesmo tempo, acentuou-se a dimorfismo sexual, cada vez mais em favor do sexo feminino, claro sintoma da desagregação da estrutura religiosa ⁽⁵¹⁾ (QUADRO V). O desequilíbrio foi-se alargando com o decurso do tempo, cifrando-se em 60 pontos percentuais, em 1913. De resto, a própria hierarquia católica tinha consciência do perigo potencial que representava uma excessiva "feminização" da prática religiosa. Assim se compreende a satisfação do redactor do órgão oficial da diocese, quando, ao descrever a visita do prelado conimbricense a Soure, em Outubro de 1917, afirmava que o número dos homens que então comungaram não seria inferior ao das mulheres ⁽⁵²⁾.

Finalmente, há um outro pormenor a reter: uma boa parte das criadas de servir, com toda a probabilidade maioritariamente rurais, continuava a confessar-se e a comungar na Quaresma, mesmo quando os patrões já não o faziam, facto também detectado na Figueira da Foz, nos primeiros anos do século XX. Em 1911, estão nesse caso 101, ou seja, 15,9% do total das pessoas do sexo feminino que se desobrigaram nesse ano.

2. Uma outra via possível para o estudo da prática religiosa assenta na análise da evolução das confrarias e irmandades, o que permite avaliar o grau de integração religiosa de uma comunidade e medir a sua progressiva secularização.

Na área da freguesia de Santa Cruz, existiam, nos meados do século passado, 8 irmandades, fundadas nos séculos XVII e XVIII: 5 tinham a sua sede na igreja de Santa Cruz (as do Santíssimo Sacramento, da Senhora da Conceição, dos Santos Mártires de Marrocos, de Santo António e de S. José), uma na igreja da Graça (a do Senhor dos Passos), uma na igreja de Santa Justa (a do Senhor Jesus) e uma na igreja do extinto convento do Carmo (a Ordem Terceira de S. Francisco).

com estrutura específica (Edifício de Santa Cruz, Ruas das Figueirinhas e da Madalena).

⁽⁵¹⁾ G. Le Bras, *obra cit.*, tomo I, pp. 356-358.

⁽⁵²⁾ *Boletim da Diocese de Coimbra*, Ano DL, nº 15, Novembro de 1917, p. 254.

Por volta de 1850, uma parte razoável das famílias estava ligada a uma corporação religiosa. No caso concreto da confraria do Santíssimo Sacramento, 28,6% das famílias tinham pelo menos um dos seus membros inscrito. A distribuição era irregular, atingindo valores mais elevados nas áreas de maior implantação burguesa - Ruas do Corvo (57,1%), de Tinge-Rodilhas (43,9%), dos Sapateiros (39,0%), da Moeda (30,0%) e Largo de Sansão (33,3%). Em contrapartida, era mais baixa nas ruas maioritariamente ocupadas por artesãos e operários, tais como a Rua das Padeiras (17,1%), o bairro de Montarroio (19,4%), a Travessa do Paço do Conde (20,0%) e a Rua da Gala (20,6%). Negociantes (64,1%) e proprietários (50,0%) eram os grupos sociais com maior participação relativa na referida confraria, enquanto só 36,8% das famílias de artesãos e operários da indústria estavam nessas condições. Menos intensa era sem dúvida a adesão dos indivíduos exercendo profissões liberais (30,0%) e funções públicas (34,6%), facto que talvez possa ser correlacionado com os relativamente baixos índices de cumprimento da desobriga pascal detectados nesses grupos.

Entre os meados do século XIX e 1910 dá-se uma profunda alteração a nível da expressão quantitativa das irmandades e confrarias, por certo reflexo de importantes transformações sociais e mentais.

Em 1869, aquelas 8 irmandades congregavam um total de 2051 filiados (provavelmente menos, atendendo a eventuais duplicações) ⁽⁵³⁾. Excluindo 420 irmãos da Ordem Terceira (provenientes das diversas freguesias da cidade e mesmo de fora de Coimbra) e os 75 da confraria dos Santos Mártires de Marrocos (que, tudo indica, já não existia no princípio deste século), o total de irmãos das restantes 6 andaria por 1 556, em 1869. Na altura da implantação do regime republicano, talvez não fosse muito superior a 809 C⁴), o que representaria uma quebra muito próxima dos 50%.

⁽⁵³⁾ A.Ü.C. *Governo Civil*, "Registro das irmandades e confrarias existentes no Districto, 1869".

C⁴) A.U.C. *Governo Civil*, "Orçamentos de Irmandades, Confrarias e outras Insti-

Sintoma evidente das dificuldades sentidas por este tipo de instituições é o facto de encontrarmos indivíduos a exercerem funções da administração em duas ou três delas, simultaneamente.

O caso da confraria de Nossa Senhora da Conceição, instituída em 1674, é paradigmático. O número de irmãos inscritos anualmente cresceu regularmente até 1880, passando de uma média de 26, entre 1852 e 1860, para 40, entre 1861 e 1880. Nota-se depois uma ligeira quebra na década de 80, seguida por uma contracção violenta, nos últimos dez anos do século XIX (durante a qual apenas entraram 6 novos irmãos por ano, em média). A partir de então, a evolução prosseguiu um pouco ao sabor da conjuntura: fugaz e tímida recuperação no princípio do século actual; nova descida no período crítico da República; subida pouco pronunciada nos anos 20 e 30; desagregação inexorável, a partir de 1940 ⁽⁵⁵⁾ (ver gráfico II).

A evolução da confraria do Santíssimo Sacramento ⁽⁵⁶⁾ confirma, em termos gerais, a tendência observada na congénere de

Quadro IV

Irmandade do Santíssimo Sacramento - N^s de Irmãos que pagaram quotas

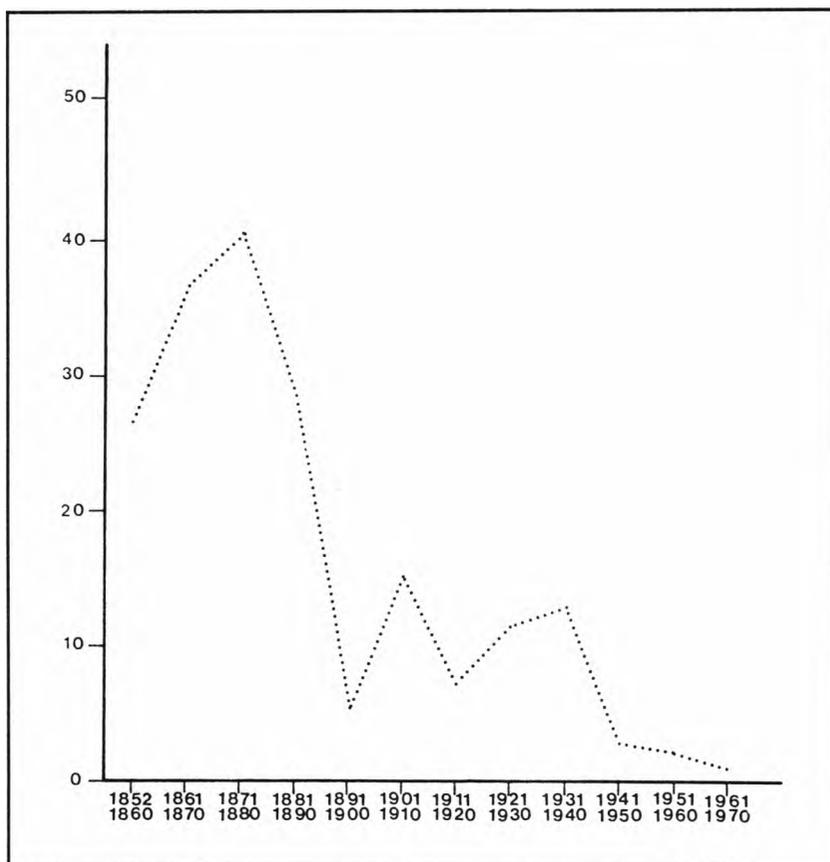
1850	157	1905/1906	185
1860	146	1906/1907	179
1870	203	1907/1908	161
1880	243	1908/1909	170
1890	337	1909/1910	124
1894	237		

tuições (1909-1910)" e "Orçamentos de Irmandades e Confrarias (1911-1912)".

⁽⁵⁵⁾ Arquivo Paroquial de Santa Cruz, *Livro que ha de servir para os termos das Entradas dos Irmãos desta santa e devota Confraria de Nossa Senhora da Conceição, erecta neste Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* (1851-1970).

^(*) Arquivo Paroquial de Santa Cruz, *Livro dos Annoes da Irmandade do SS. Sacramento de Santa Cruz* (1850-1894).

Gráfico II
Confraria de Nossa Senhora da Conceição - Entrada de novos irmãos (Médias Anuais)



Nossa Senhora da Conceição, e dá-nos a certeza de que a década de 90, período de crise política, económica, social, ideológica e mental, muito contribuiu para o aprofundamento de um processo de desapego em matéria de prática religiosa, que atingia, à data da proclamação da República, contornos mais profundos e dimensões mais alargadas do que se poderia imaginar.

IV. Conclusão

Acaba de ser analisada uma área geográfica dotada de grande especificidade dentro do perímetro da cidade de Coimbra. Área predominantemente urbana, passou por um processo de crescimento demográfico relativamente rápido. Dispondo de uma estrutura industrial bastante diversificada, pois aí se localizava parte substancial das actividades secundárias então existentes, albergava um operariado que crescia numericamente e adquiria força na razão inversa de um mundo artesanal, ainda representativo, com o qual coexistia. Ambiente urbano, economia em vésperas de modernização tecnológica e de uma maior integração nos esquemas produtivos capitalistas, operariado incipiente, mas cada vez mais visível, eis três requisitos para a implantação do movimento republicano, que teve na freguesia de Santa Cruz um dos seus focos mais combativos, como se deduz dos resultados eleitorais de 1908 e 1910.

Entre os meados do século XIX e a implantação da República, algumas manifestações da prática religiosa sofreram um decréscimo acentuado, mais notório entre as gerações mais novas e os indivíduos do sexo masculino. No caso da desobriga pascal, a quebra é particularmente profunda, de tal modo que os níveis atingidos em 1911 prenunciam uma situação muito próxima da descristianização. No que se refere à adesão a associações pias, a descida é igualmente clara.

Se tal estado de coisas era mais grave nesta feguesia, cujas componentes sociais e mentais eram propícias, ou se ele era extensível a toda a área urbana de Coimbra (ou mesmo a uma parte substancial do bispado, como o dão a entender as iniciativas tomadas pelo prelado da diocese, D. Manuel Luís Coelho da Silva, em especial ao longo dos anos de 1915 a 1918), é questão a que só posteriores investigações sobre esta temática poderão dar resposta.